EMPREENDEDORISMO POR NECESSIDADE:

experiências dos(as) alunos(as) do curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos do IFPI campus Teresina Central, em 2020

José Ailton Rodrigues Vieira Junior[1]
Alyne Maria Barbosa de Sousa[2]

RESUMO

Esta pesquisa abordou o impacto do desemprego e das novas formas de trabalho durante a pandemia junto a alunos(as) do curso de GRH do Campus Teresina Central do IFPI, ressaltando o empreendedorismo por necessidade e questionando como o empreendedorismo por necessidade afetou a ocupação de alunos(as). O objetivo geral consistiu em analisar a incidência do empreendedorismo por necessidade, abordando o perfil do(a) aluno(a) empreendedor(a), suas motivações e os fatores a empreender por necessidade. Trata-se de uma pesquisa quantitativa e exploratória, empregando métodos dedutivo e estatístico, abrangendo revisão bibliográfica sobre a relação entre mercado de trabalho, crise pandêmica, informalidade e empreendedorismo por necessidade e um estudo de caso, por meio de questionário autoaplicado a uma amostra não probabilística de 20 sujeitos. Os dados foram tabulados estatisticamente e conclui-se que o desemprego e o imperativo da sobrevivência estão alinhados ao empreendedorismo por necessidade, sinalizando para a precarização das ocupações dos indivíduos pesquisados.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Crise Pandêmica. Informalidade. Empreendedorismo por Necessidade.

ABSTRACT

This research addressed the impact of unemployment and new ways of working during the pandemic for students in the HRM course at IFPI's Teresina Central Campus, emphasizing entrepreneurship by necessity, based upon the following question: how entrepreneurship out of necessity affected the occupation of HRM students? The general objective was to analyze the incidence of entrepreneurship by necessity, addressing the entrepreneur's profile, their motivations to undertake and the factors to be undertaken by necessity. This quantitative and exploratory research used a statistical and deductive methods, included a bibliographical review about the entrepreneurship and entrepreneur categories, the conceptions and types of entrepreneurship and the relationship between the labor market,

[1] Graduado em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos do IFPI, campus Teresina Central, e-mail: catce.20181grh0162@aluno.ifpi.edu.br.
[2] Professora da disciplina Economia do Trabalho do curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos do IFPI, campus Teresina Central e Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente, e-mail: alyne@ifpi.edu.br.

pandemic crisis, informality and entrepreneurship by necessity as well as a case study, for data collection, through a self-applied questionnaire to a non-probabilistic sample of 20 subjects. Data were statistically tabulated and presented as graphs. The results show that unemployment and the imperative of survival are aligned with entrepreneurship out of necessity, signaling the precariousness of the researched individuals' occupations.

Keywords: Labor Market. Pandemic Crisis. Informality. EntrepreneurshipbyNecessity.

1 INTRODUÇÃO

Em 2020, o mundo foi surpreendido pela pandemia causada pelo COVID-19, a qual, segundo dados do IBGE (2021), em setembro do mesmo ano, causou a desocupação de 12,8 milhões de trabalhadores brasileiros. Dessa forma, muitos tiveram que buscar alternativas para sua sobrevivência e de seus familiares, dentre as quais uma foi criar seu próprio negócio e assim, lutar por espaço no mercado.

Nesse contexto, o surgimento de trabalhadores(as) autônomos(as), comumente denominados(as) empreendedores(as), começou a inflar no país. De acordo com o IBGE (2021), em 2019, 41,6% dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as) estavam na informalidade, abrangendo cerca de 39,3 milhões de pessoas.

Esta pesquisa abordou o impacto do desemprego durante a pandemia e das novas formas de trabalho sobre os(as) alunos(as) do curso de Tecnologia em GRH do IFPI Campus Teresina Central, ressaltando o empreendedorismo por necessidade.

Nessa perspectiva, o estudo intencionou responder os seguintes questionamentos: Como o empreendedorismo por necessidade afetou a ocupação dos(as) alunos(as) do curso de Tecnologia em GRH do IFPI durante a pandemia? Qual é o perfil do(a) empreendedor(a) aluno(a) de GRH? Quais as suas motivações para empreender? Quais os fatores que os(as) levaram a empreender por necessidade?

O objetivo geral consistiu em analisar a incidência do empreendedorismo por necessidade junto ao público mencionado, ao passo que os objetivos específicos consistiram em construir o perfil do(a) empreendedor(a) aluno(a) do curso de Tecnologia em GRH, levantar as motivações para o desenvolvimento de sua prática

empreendedora e averiguar os fatores que os(as)levaram a empreender por necessidade.

Esta pesquisa é do tipo estudo de caso e caracteriza-se como quantitativa e tem caráter exploratório, empregando métodos dedutivo e estatístico (O'LEARY, 2019), da qual participaram 20 alunos(as) do 3º e 5º módulos e formandos(as) matriculados(as) no período 2021.1 do curso de Tecnologia em GRH do IFPI Campus Teresina Central.

Foi realizada uma pesquisa de campo, para coleta de dados, por meio da utilização da técnica de questionário autoaplicado, pelo Google® Formulários, a uma amostra não probabilística (LEITE, 2008) de 20 sujeitos da pesquisa, selecionados segundo o critério de tipicidade (MARCONI; LAKATOS, 2018).

Estruturalmente, este artigo está composto de quatro tópicos: esta Introdução, a fundamentação teórica sobre Uberização e Culto ao Empreendedorismo, Discussão e Análise de Resultados, encerrando com as Conclusões.

2 MERCADO DE TRABALHO, CRISE PANDÊMICA, INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO POR NECESSIDADE

A sustentação da sociedade capitalista encontra-se nas relações de troca; em seu bojo, quaisquer fatores, bens e serviços são mercadorias suscetíveis de precificação e negociação, incluindo o trabalho.

A relação social e econômica de compra do trabalho pelo capital, mantida por capitalistas (como demandantes) e trabalhadores(as) (como ofertantes) dá origem à função jurídica emprego, sendo formal ou não.

> Da relação entre trabalho e capital e da atividade criativa saltamos para a relação jurídica emprego, forma ainda generalizada pelo capitalismo, mas, em vias de transformação, na qual homens e mulheres estão totalmente disponíveis, durante a maior parte do tempo aos seus empregados para realizar tarefas que lhe foram designadas (FONTES, 2017, p. 47).

Esta relação permite a compreensão da contradição de classes, em que, de um lado está o(a) capitalista, como dono(a) dos meios de produção, garantindo o emprego em meio a um processo produtivo, visando à acumulação; e do outro, o(a)

trabalhador(a), que vende sua força de trabalho por um salário, para garantir sua sobrevivência.

Nessa conjectura, “o trabalho somente lhe parece como uma vida ritmada pelo contrato de trabalho que assegura condições sociais de existência através do salário” (FONTES, 2017, p. 47); assim, o trabalho e sua capacidade criativa, quando contratado por um patrão e pago por meio do salário, se torna emprego, ou seja, o resultado da compra e venda concreta da força de trabalho pelo proletariado ao empregador.

O emprego garante o salário, principal fonte de sustento dos(as) trabalhadores(as); no entanto, a falta de garantia dessa remuneração e de outros direitos, observada em um mercado formal de trabalho, levará o(a) trabalhador(a) a buscar outros mecanismos de sobrevivência, seja no mercado informal ou no empreendedorismo, em situações comumente marcadas pela precarização.

Em 2020, alastrou-se pelo mundo a pandemia do Novo Coronavírus, conhecida como COVID-19, afetando a toda a sociedade e causando muitas mortes. Uma das principais consequências desse fenômeno tem sido o fechamento dos postos de trabalho, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) analisados por SEBRAE (2020, p. 3):

> Há que se destacar que os pequenos negócios foram os únicos a gerar emprego nesse último mês do ano, uma vez que as Médias e Grandes Empresas (MGE) registraram saldo negativo de 69 mil empregos. Entretanto, esse saldo positivo de empregos gerados pelas Micro e Pequenas Empresas não foi suficiente para evitar que o país registrasse em dezembro um saldo total negativo de 67,9 mil empregos.

Aqui trata-se de empresas registradas, com contratos formais, e percebe-se que, durante o ano de 2020, houve uma queda expressiva do número de postos de trabalho, não sendo possível o saldo positivo das MPE reverter essa situação agravada de desemprego.

> Com o resultado de dezembro, as MPE fecharam 2020 com uma geração de 293,2 mil novos empregos, revertendo, o saldo negativo acumulado até outubro. Já as MGE, por sua vez, foram na contramão, extinguindo 193,6 mil postos de trabalho (SEBRAE, 2020, p. 3).

Com base nesses números, em meio à crise pandêmica, o número de demissões no país registrou um aumento significativo. Segundo dados do IBGE (2021, p. 2): “a taxa de desocupação (14,2%) do trimestre móvel de novembro/2020 a janeiro/2021 ficou estável frente ao trimestre agosto a outubro de 2020 (14,3%) e teve alta de 3,0 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre de 2019/2020 (11,2%).”

Em números absolutos, a taxa de pessoas desocupadas no Brasil no início de 2021 chegou a 14,3 milhões, número preocupante para a garantia da segurança alimentar, as condições mínimas de controle da pandemia e a redução da vulnerabilidade social.

Segundo dados do DIEESE (2021, p. 3): “O Brasil saiu, em 2019, de 93,4 milhões de ocupados, o maior contingente da série histórica para 86,1 milhões, em 2020 [...], pela primeira vez na série histórica anual, menos de 50% da população em idade para trabalhar estava ocupada no país”.

Esses dados mostram a gravidade da situação, na qual menos da metade da população em idade ativa está ocupada no país, como um reflexo dos problemas causados, tanto pela pandemia quanto pela má condução da política econômica nacional.

Com essa alta no número de desempregados(as) e subempregados(as), as pessoas tiveram que buscar outras alternativas para sua sobrevivência, de acordo com IBGE (2021, p. 2): “o número de trabalhadores por conta própria subiu para 23,5 milhões, alta de 4,7% frente ao trimestre anterior e queda de 4,4% ante o mesmo período de 2020”.

Com a alta nas desocupações, muitos indivíduos tiveram que buscar alternativas para sua sobrevivência e de familiares. Criar seu próprio negócio ou trabalhar na informalidade foi o caminho encontrado por grande parcela desses(as) trabalhadores(as).

> Uma fenomenologia preliminar dos modos de ser da informalidade no Brasil recente demonstra a ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro de carteira, trabalhando dentro e fora do espaço produtivo das empresas, que em atividades mais estáveis ou temporárias, quer sobre a ameaça direta do desemprego (ANTUNES, 2018, p. 68).

O que Antunes relata ficou mais perceptível após a aprovação do projeto de Lei nº 6.787/2016 (DIEESE, 2017), que trata das alterações nos direitos trabalhistas e sindicais e que representaram mudanças que precarizaram ainda mais as relações de trabalho, principalmente, para aqueles(as) que buscam uma alternativa de sobrevivência frente à alta do desemprego.

Nessa perspectiva, em 2017, através do Projeto de Lei Constitucional n° 38 foi aprovada a contrarreforma trabalhista, resultando na Lei nº 13.467/2017 (BRASIL, 2017), que impôs aos trabalhadores situações ainda mais precarizadas e vulneráveis de emprego e renda, quando as encontram.

Mais recentemente, conforme a Medida Provisória nº 905/2019, a contrarreforma trabalhista de Bolsonaro, denominada Carteira Verde-e-Amarela, gerou “impacto no emprego, bem como o conjunto de medidas que representam a continuidade da reforma trabalhista” (DIEESE, 2020, p. 2), reduzindo o acesso e os valores percebidos a título do Programa de Integração Social (PIS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Seguro-Desemprego.

Antunes (2018, p. 68) descreve algumas classificações da informalidade, dentre as quais destacam-se aquelas relacionadas a este tipo particular de trabalho:

> Os trabalhadores informais tradicionais, inseridos nas atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter uma renda para consumo individual e familiar. Nessa atividade vivem de sua força de trabalho, podendo se utilizar de auxílio de trabalho familiar ou ajudantes temporários.

Nessa perspectiva, retrata-se como as narrativas sobre o empreendedorismo aparecem como a saída para a crise econômica e social que assola o país, onde, pela ausência de políticas sérias de garantia de emprego e renda, e na luta pela sobrevivência, restou àqueles(as) trabalhadores(as) desocupados(as) e/ou informais buscar seus próprios meios para manterem-se vivos(as).

Conforme Rocha (2016, p. 41), “o fenômeno do desemprego tem sido um dos principais fatores que elevam a taxa de empreendedorismo, principalmente em países de baixo desenvolvimento”, que configura a situação brasileira.

Assim, será discutido como o empreendedorismo por necessidade está sendo ideologicamente incutido no Brasil como única alternativa para a grande parcela da população que se encontra nas situações anteriormente descritas.

> A motivação de empreender para ganhar a vida porque os empregos estão escassos poderia ser uma aproximação do empreendedorismo por necessidade, uma vez que esse era definido como sendo a decisão de criar um negócio próprio pela falta de outras opções para obtenção de trabalho e renda (GEM, 2020, p. 64).

Dessa forma, esse tipo de empreendedorismo está ligado à busca de alternativas para sua sobrevivência e de familiares, criando seu próprio negócio e lutando por um espaço no mercado, na perspectiva de gerar renda para manter-se.

Dessa forma, observa-se que, muitos(as) trabalhadores(as), por diversas razões, têm se sobressaído com seu negócio por conta própria, os(as) quais são definidos(as) como aquele "que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, formal ou informal, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar (SEBRAE, 2019, p. 3).

É perceptível a escolha pelo empreendedorismo como saída para a crise financeira de muitas famílias. Mas, de qual tipo empreendedorismo se está falando? Daquele que surge motivado por satisfação pessoal, vocação e oportunidades, ou daquele que emerge da necessidade provocada pela situação socioeconômica concreta de cada indivíduo e que se configura como única alternativa, em meio ao caos, para sua existência, também denominado empreendedorismo por necessidade?

> O Brasil tem se posicionado no topo das listas dos países mais empreendedores. Fato esse que pode ser que pode ser interpretado como um fator de crescimento econômico e de um ambiente propício a criação de novas empresas. Porém, ao ser analisado com maior profundidade, esse fato remete a uma realidade na qual se observa que, para cada empresa que surge devido a uma oportunidade outra surge por necessidade de ocupação e renda de seus criadores (RUPPENTHAL; CIMADON, 2012, p. 137).

Muito se fala sobre a importância do empreendedorismo e como está relacionado ao sucesso individual, a partir de um bom plano de negócio, marketing bem elaborado, inovação e tecnologia, fatos que não podem ser negados; no entanto, é visível a criação de negócios motivados por situações alheias à oportunidade, principalmente, no que se refere à necessidade, num país com altos índices de desemprego, conforme dados do IBGE (2021).

Esses dados comprovam que muitos(as) brasileiros(as) desocupados(as) têm buscado uma solução para sair da crise, mesmo que temporária, no empreendedorismo por necessidade, assim definido:

> O empreendedor por necessidade cria o próprio negócio porque não tem alternativa. Geralmente não tem acesso ao mercado de trabalho ou foi demitido. Não resta outra opção a não ser trabalhar por conta própria. Geralmente se envolve em negócios informais, desenvolvendo tarefas simples, prestando serviços e conseguindo como resultado pouco retorno financeiro (DORNELAS, 2020, p. 39).

Para melhor ilustrar o avanço vertiginoso deste último tipo de empreendedorismo, toma-se por nota a última pesquisa feita pelo GEM com dados de 2019, que ao verificar cada uma das motivações para empreender, encontrou que: “88.4% dos empreendedores iniciais afirmaram que a escassez do emprego constitui umas das razões para desenvolver a iniciativa empreendedora com a qual estavam envolvidas (GEM, 2020, p. 56).

Assim, pode-se observar que, se em 2019 já havia uma grande participação relativa de empreendedores(as) por necessidade no total de novos(as) empreendedores(as); e após a crise pandêmica, esse número certamente aumentou, pois o desemprego e subemprego são fatores determinantes para esse tipo de empreendimento, na realidade brasileira. Destaca-se ainda que, além da necessidade de empreender para sobreviver, existem aqueles(as) que, dispondo de um emprego formal ou não, necessitam do empreendedorismo pra complementar sua renda.

De acordo com GEM (2020, p. 51), “entre os iniciais, o empreendedorismo aparentou uma característica de complementação de renda, pois 20,7% também afirmaram ser empregados. Essa proporção foi de 6,2% entre os estabelecidos”. Isso acontece devido aos baixos salários e ao alto custo de vida atualmente impostos à sociedade brasileira.

Operando em contradição à escassez de empregos e a realidade fática da concepção empreendedora, “temos presenciado a propagação em massa da palavra empreendedorismo como sinônimo de solução, modernidade e progresso” (CUNHA, 2020).

Dessa maneira, apesar de toda a disseminação do empreendedorismo que procura mostrar a existência de oportunidades e à falácia de que empreender é a saída para a crise atual, nota-se também que esta ideologia está atrelada à defesa da precarização do trabalho, na qual a luta pela existência, sem direitos, é imposta como desafio para aqueles que não encontram colocação no mercado formal de trabalho.

3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos na pesquisa de campo e a discutidos à luz dos principais autores abordados no tópico anterior.

A faixa etária dos participantes variou de 20 a 40 anos, sendo 70% do sexo feminino e 30% do sexo masculino, dado que contradiz estudo de GEM (2020, p. 40), que aponta predominância de homens entre os empreendedores brasileiros. Vale ressaltar que o curso de Tecnologia em GRH tem, em sua composição de gênero, a maioria de discentes do sexo feminino, o que justifica os resultados divergentes em relação à pesquisa realizada por GEM (2020).

Do ponto de vista da escolaridade, entre os(as) pesquisados(as), 40% não possuem curso superior, enquanto 60% já estão numa segunda graduação, advinda de cursos como administração, contabilidade, psicologia, pedagogia, entre outros.

Segundo a tabulação dos dados, é perceptível que, todos(as) os(as) alunos(as)do curso de Tecnologia em GRH já estiveram desempregados(as) por períodos que variam de 3 meses a 6 anos; no entanto, atualmente, 45% destes(as) afirmaram condição de desempregado(a) ou fora do mercado formal de trabalho.

Este percentual elevado de desemprego do público pesquisado corrobora as altas taxas de desemprego verificadas por DIEESE (2021) durante a pandemia.

Dos indivíduos pesquisados, 65% moram com os pais, 20% moram com cônjuges e filhos(as), 10% moram somente com cônjuge e 5% moram apenas com os(as) filhos(as). Nessas famílias, existe uma variação de 2 a 4 pessoas coabitando no ambiente doméstico.

Dentre os(as) pesquisados(as), 45% são responsáveis juntamente com os pais pelo sustento de casa, 35% são responsáveis juntamente com o cônjuge, e para 20%, somente os pais são responsáveis pelo sustento familiar. Esses dados apresentam consonância com pesquisa feita por SEBRAE (2019) sobre empreendedorismo informal no Brasil.

Todos os sujeitos da pesquisa consideram-se empreendedores com tempo de negócios bastante diferentes. Podemos subdividir os(as) empreendedores(as) alunos(as)do curso de Tecnologia em GRH em iniciais (nascentes e novos),que estão

à frente de seus negócios há menos de 42 meses e estabelecidos(as), com mais de 42 meses de atividade, segundo os critérios de GEM (2020).

Dessa forma, percebe-se que aproximadamente 85% dos(as) empreendedores(as) abrangidos(as) nesta pesquisa são considerados(as) iniciais e aproximadamente 15% são estabelecidos(as), devido ao tempo de seus empreendimentos. Nota-se há diversidade no ramo de empreendimento entre os(as) alunos(as) pesquisados(as), desde pequenos negócios localizados em suas residências a pequenas empresas.

Dentre os empreendimentos, é possível observar uma variedade de ramos de atividade econômica, com destaque para os profissionais liberais/autônomos, os quais têm buscado, independentemente de suas motivações, oferecer produtos e serviços. Para Antunes (2018), esses ramos estão ligados à informalidade, em que os(as) empreendedores(as) vivem da exploração da força de trabalho individual ou familiar; ou seja, em que o trabalhador é dono e funcionário, de acordo com SEBRAE (2019).

Relata-se que a renda gerada pelo empreendimento para 45% dos(as) pesquisados(as) encontra-se abaixo de R$ 1.000, para 30% entre R$ 1.000 e R$ 2.000 e para 25% acima de R$ 2.000.Tais rendimentos encontram-se bem abaixo do esperado, mesmo na informalidade, conforme SEBRAE (2019).

Para os(as) participantes da pesquisa, mais da metade utiliza esses negócios para sustento individual ou complementação de renda, configurando o empreendedorismo por necessidade.

Os dados apresentados respondem à questão geral desta pesquisa, segundo a qual o empreendedorismo tem se colocado como saída para a crise, pelo fato de que 55% dos(as) participantes da pesquisa relacionam seu negócio com a necessidade de superação financeira, uma vez que empreendem para seu sustento ou complementar sua renda, em consonância com GEM (2020).

Empreendimentos com registros formais são escassos no Brasil e a informalidade e a precarização estão presentes na vida dos(as) empreendedores(as) alunos(as) do curso de Tecnologia em GRH.

A análise de SEBRAE (2019) sobre a relação entre baixos rendimentos e informalidade confere com os dados encontrados nesta pesquisa, pois os

empreendimentos informais são recorrentes, abrangendo 70% dos indivíduos pesquisados.

Os dados obtidos por SEBRAE (2019) também convergem com os dados absolutos dos rendimentos dos(as) participantes desta pesquisa, dentre os(as) quais 55% recebem menos de 2 salários mínimos – dos(as) quais 15% recebem entre 1 e 2 salários mínimos, 10% recebem 1 salário mínimo, 20% recebem menos de 1 salário mínimo e 10% não tem nenhuma renda – e somente 45% recebem acima de 2 salários mínimos, o que caracteriza um patamar muito baixo de renda.

A precarização do trabalho, através do empreendedorismo também é evidenciada quando direitos são discutidos, sejam trabalhistas ou previdenciários, configurando a vulnerabilidade a que estão submetidos(as) os(as) empreendedores(as) por necessidade.

Na mesma perspectiva, a informalidade retira dos(as) empreendedores(as) a garantia de direitos, pois trabalhar sem contribuição previdenciária os(as) impede de receberem auxílo-doença quando necessário e aposentadoria em idade propícia, além de licença-maternidade.

Analisando os dados sobre o exercício da atividade empreendedora e a qualificação dos(as) alunos(as) empreendedores(as) pesquisados, é possível compreender que não há um planejamento e uma preparação para a atividade empreendedora.

Desta forma, 65% dos(as) alunos(as) pesquisados(as) não tiveram qualificação para exercer tal atividade; por outro lado, 35% dos(as) entrevistados(as) obtiveram treinamento, durante curso de extensão realizado no período de 2 meses. Curiosamente, alguns(mas) entrevistados(as) mencionaram a graduação como etapa de qualificação empreendedora, embora equivocadamente, uma vez que tratam-se de níveis de ensino com finalidades pedagógicas distintas.

Os resultados encontrados corroboram a posição de Antunes (2018), que relata que o empreendedorismo, enquanto saída urgente para a crise, possui como característica o baixo nível de qualificação, o que serve para justificar ainda mais a precarização do trabalho e o reduzido padrão de remuneração.

Outra dificuldade encontrada é o financiamento desses empreendimentos, em que 90% dos(as) participantes da pesquisa não receberam nenhum tipo de crédito e 10% obtiveram com valores variando de R$ 3.000 a R$ 5.000. Também se verificou que todos(as)os(as) pesquisados(as) utilizam as redes sociais como Twitter, Instagram, Facebook e Whatsapp como canais de divulgação dos seus produtos ou do trabalho, de forma gratuita.

Ao serem questionados(as) sobre o tipo de empreendedorismo praticado, ficou nítido o destaque para o empreendedorismo por necessidade; no entanto, outros tipos também foram citados na pesquisa. O empreendedorismo por necessidade é fruto da escassez de emprego, em que, sem muitos recursos e qualificação, milhares de brasileiros(as) têm se apoiado para superar a fome e miséria, ratificando o exposto por Antunes (2018) e Rocha (2016). Estes fatores alinhados à subocupação, informalidade, baixos salários e retirada de direitos têm proporcionado uma expansão de empreendedores(as) por necessidade no país.

Por fim, compreende-se que a necessidade de sobrevivência tem levado a maioria dos(as) alunos(as) do curso de Tecnologia em GRH do IFPI Campus Teresina Central, a empreender. Seja pela escassez de emprego, pra complementar sua renda ou fugir de trabalhos precarizados, muitos(as) têm procurado na atividade empreendedora – mesmo informal –uma saída para a obtenção de renda para o sustento individual e/ou da família.

É possível perceber mais detalhadamente como as transformações na economia brasileira têm refletido na atual realidade, gerando novas formas de trabalho e de ocupação cada vez mais precarizadas, entre elas, a ação empreendedora, ressaltando a saída do empreendedorismo por necessidade.

Depreende-se que esse tipo de empreendedorismo encontrou terreno fértil no atual cenário político e econômico do país, reforçando a perspectiva de que ser empreendedor(a) vai além de ter sonhos e identificar oportunidades, mas também ser obrigado(a) a lutar pelo imperativo da sobrevivência. O empreendedorismo por necessidade, em especial, tem gerado ocupação e renda para aqueles(as) que estão fora do mercado formal de trabalho, como também para aqueles que, mesmo tendo alguma ocupação, esta é precarizada e requer complementação de renda.

4 CONCLUSÃO

A partir deste trabalho foi possível analisar sobre o tema do empreendedorismo, ressaltando o empreendedorismo por necessidade. Esse focou em responder o seguinte questionamento geral: Como o empreendedorismo por necessidade afetou a ocupação dos(as) alunos(as)do curso de Tecnologia em GRH durante a pandemia? Em específico, intencionou responder: Qual é o perfil do(a) empreendedor(a) aluno(a) de GRH? Que motivações os(as) levaram ao empreendedorismo? Quais fatores os(as) levaram ao empreendedorismo por necessidade?

Construindo o perfil do(a) empreendedor(a) aluno(a) do curso de Tecnologia em GRH, este(a) tem idade entre 30 e 40 anos, é do sexo feminino, vive com seus pais ou cônjuge e divide as despesas do lar. Se considera empreendedor(a)e atua em diversos ramos de atividade, obtendo uma renda menor que 2 salários mínimos. Já esteve ou está desempregado(a), atua informalmente e não contribui para a seguridade social, valendo-se do empreendedorismo por necessidade para sua sobrevivência, por estar desempregado(a) ou para complementar sua renda.

Depreende-se que o empreendedorismo por necessidade encontrou terreno fértil no atual cenário político e econômico do país, reforçando a perspectiva de que ser empreendedor(a) vai além de ter sonhos e identificar oportunidades, mas também ser obrigado(a) a lutar pelo imperativo da sobrevivência, mesmo para aqueles(as) que detêm um nível de escolaridade acima da média nacional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Secretaria-Geral. **Lei nº 13.467/2017**, de 13 de julho de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm>. Acesso em: 25 jun. 2021.

CUNHA, O. A. Sujeito empreendedor, alienado e servil. **Outras Palavras**, São Paulo, dez. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/sujeito-empreendedor-alienado-e-servil0/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

DIEESE. **Boletim de conjuntura**. n.27. mar. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura27.html#> Acesso em: 15 abr. 2021.

DIEESE. **A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil**: nota técnica n.178, mai. 2017. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.html>. Acesso em: 25 jun. 2021.

DIEESE. **A reforma trabalhista sem fim e a "bolsa patrão" do Contrato Verde e Amarelo**: nota técnica: n. 221, fev. 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec221carteiraVerdeAmarela.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2021.

DORNELAS, J. C. **Empreendedorismo na prática:** mitos e verdades do empreendedor de sucesso. 4. ed. São Paulo: Empreende, 2020.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Revista de Estudos Galegos,** n. 2, jun. 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/76936>. Acesso em: 07 dez. 2020.

GEM. *Global Entrepreneurship Monitor.* **Empreendedorismo no Brasil**: 2019. Curitiba: IBPQ, 2020. Disponível em:<https://ibqp.org.br/gem/>. Acesso em: 4 fev. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua**: taxa de desocupação e taxa de subutilização. Rio de Janeiro: 31 mar. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30599-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-4-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-2-no-trimestre-encerrado-em-fevereiro#>. Acesso em: 3 mar. 2021.

LEITE, F. T. Amostragens probabilísticas e não probabilísticas em pesquisa. In: _ **Metodologia científica**: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros. Aparecida: Ideias & Letras, 2008. Cap. 5, p. 121-131.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Projeto e relatório de pesquisa. In: _ **Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa / pesquisa bibliográfica / teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2018. Cap. 4, p. 99-140.

O'LEARY, Z. Compreensão de metodologias: enfoques quantitativo e qualitativo. In: **Como fazer seu projeto de pesquisa**: guia prático. Petrópolis: Vozes, 2019. Cap. 8, p. 173-208.

ROCHA, E. L. de C. Oportunidade ou necessidade? Um estudo do impacto do empreendedorismo no desenvolvimento econômico. **Revista Gestão em Análise**.v.3, n.1/2, p. 31-46, abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/gestao/article/view/146>. Acesso em: 02 jul. 2021.

RUPPENTHAL, J. E.; CIMADON, J. E. O processo empreendedor em empresas criadas por necessidade. **Gestão & Produção, São Paulo,v.28, n.3, 2012. Disponível em: <**https://www.scielo.br/j/gp/a/PRgCLb4whT36zZPJTrhrygz/?lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2021.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Análise do CAGED 2020.** Brasília: SEBRAE/UGE, 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/documentos/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Estudo sobre o empreendedorismo informal no Brasil 2018.** Brasília: SEBRAE/UGE, mai. 2019. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wpcontent/uploads/2019/06/Empreendedorismo-Formal-x-Informal-2018-v7.pdf>. Acesso em: 15 jan 2021.